



## SAÚDE

# Dengue, chikungunya e zika sobem em 4 meses

Números das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti* dispararam em relação ao mesmo período de 2022. Ministério lança programa e tratará questão como problema relacionado à pobreza

» ÁNDREA MALCHER

Entre janeiro e abril deste ano, o Brasil teve uma disparada no aumento das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*. Foram 30% casos de dengue a mais que no mesmo período de 2022 — em relação à zika, o avanço foi de 289% e na chikungunya, 40%. O alerta foi dado, ontem, pelo Ministério da Saúde, no lançamento da campanha “Brasil unido contra a dengue, zika e chikungunya”.

Segundo a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel, a variação climática, o aumento das chuvas no primeiro quadrimestre deste ano, o grande número de pessoas suscetíveis às doenças e a mudança na circulação de sorotipo do vírus são alguns dos fatores que teriam contribuído para o crescimento desses percentuais.

Os estados com maior incidência de dengue são Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Acre e Rondônia — 899,5 mil casos frente aos 690,8 mil de 2022, com 333 óbitos confirmados no país.

Em relação à chikungunya, foram notificados 86,9 mil casos — taxa de incidência de 40,7 casos por 100 mil habitantes — e houve 19 mortes confirmadas. Os estados que mais sofreram com a doença são Tocantins, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No caso da zika, foram 6,2 mil diagnósticos — taxa de três casos por 100 mil habitantes, sem nenhum óbito registrado.

## Tecnologias

Segundo Ethel, para tentar reduzir os registros das três doenças, o ministério está focado em usar das novas tecnologias, como a de tornar estéréis

Julia Prado/MS



**A população acha que quando passa o fumacê, está ótimo. Na verdade, quando o fumacê passa, é um sinal ruim para nós, é um alerta que temos muitos mosquitos adultos. O ideal é que a gente combata a larva, que a gente impeça a reprodução dela”**

**Ethel Maciel**, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente

os transmissores ou refratários ao agente infeccioso. “O mosquito é infectado naturalmente por uma bactéria e isso impede que adquira o vírus e o transmite. Essa é uma tecnologia. A outra é a do inseto estéril, que

não se reproduz. Vamos trocar e colocar esses mosquitos no ambiente e, por isso, é importante a educação da comunidade. Num primeiro momento, haverá a percepção de que os mosquitos vão aumentar, mas

vai haver uma mudança natural desses insetos”, explicou.

A secretária também pretende trabalhar com campanhas de esclarecimento, que incluirá os agentes de endemia e comunitário de saúde. “A população acha que quando passa o fumacê, está ótimo. Na verdade, quando o fumacê passa, é um sinal ruim para nós, é um alerta que temos muitos mosquitos adultos. O ideal é que a gente combata a larva, que a gente impeça a reprodução dela”, observou.

Além disso, o ministério estuda a ampliação da forma como as três doenças transmitidas pelo mosquito serão enfrentadas. A meta é atacá-las não como um problema de

saúde pública apenas, mas, sobretudo, social e relacionado diretamente à pobreza.

A pasta se baseará em estudos científicos para entender as diferentes realidades entre os estados e, dessa forma, buscar soluções para cada situação enfrentada localmente. “Esse tema parece esquecido, algo que ninguém está falando, principalmente depois de uma pandemia, onde as pessoas estão cansadas de se preocupar com tantos riscos à saúde. Mas a gente precisa lembrar que, infelizmente, temos essas três doenças que estão levando ao óbito no Brasil. Nossas ações estão sendo pensadas e direcionadas”, disse.

## VIOLÊNCIA

# PF prende 52 pessoas que não podem ter arma

» MARIANA ALBUQUERQUE\*

Como resultado da Operação Day After, deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF), 52 pessoas foram presas a partir do momento em que tentaram recadastrar os artefatos que possuíam. O balanço foi feito pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e os mandados foram cumpridos contra colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), e pessoas que possuem ou portam armas de fogo não cadastradas, ou que tenham restrições legais que inviabilizam porte ou posse de armas.

“Uma vez que a existência de mandado de prisão quebra o requisito da idoneidade para obtenção do porte de arma de fogo, estão sendo adotadas medidas de apreensão cautelar de armamentos e documentos encontrados, para posterior processo de cassação de porte ou registro de arma de fogo, por parte da PF, além de comunicação ao Exército Brasileiro, para cassação das autorizações concedidas aos

CACs”, informou a PF na justificativa da operação.

Foram presas pessoas acusadas de homicídio, roubo, tráfico de drogas, furto, corrupção, crime ambiental, organização criminosa, violência doméstica, estelionato, constrangimento ilegal e extorsão mediante sequestro. “A Polícia Federal cumpriu mandados de prisão contra CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) que não preenchem requisitos legais de idoneidade para ter armas de fogo. Estas também estão sendo apreendidas. Será uma linha permanente de trabalho da PF”, afirmou o ministro.

Em relação ao recadastramento de armas — que terminou na terça-feira —, Dino garantiu que “foi um sucesso”. “Com relação às armas de uso permitido, tivemos até o cadastramento de mais do que o previsto. Mais de 12 mil que não estavam originalmente no escopo do recadastramento acabaram por ser recadastradas. Tivemos, em relação às armas de uso restrito, uma taxa de quase 100%. De 50 mil previstas, 44 mil

Tom Costa/MJSP



Segundo Dino, recadastramento de arma superou objetivo inicial. Quem não registrou estará sujeito a sanção legal

foram recadastradas. Ultrapassamos em muito a previsão inicial de 80%”, detalhou.

## Descontrole

Pelo balanço da PF, foram registradas 939.154 armas — quase 6 mil a mais que as 933.233 que constavam do sistema Sigma, do Exército, que deixará de existir. Outras 6.168 de uso restrito não foram recadastradas. “Serão tomadas providências legais. Essas estão, agora, integrando a Operação Day After, que se destina à

prisão de pessoas e apreensão de armas”, afirmou Dino.

O ministro disse, ainda, que o armamento que está em situação irregular estava em posse de pessoas condenadas por crimes violentos em razão de um “descontrole” no país — disse, referindo-se ao governo Bolsonaro, que franqueou o acesso a esse material e a munições. “Pessoas que tinham condenação ou prisão preventiva, e que tinham arma, era porque reinava o descontrole”, lamentou.

Dino adiantou que um novo decreto sobre controle de armas

será apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o próximo dia 15. E adiantou que, até a publicação das novas regras, a renovação do registro de armas de uso restrito está suspensa.

“Vamos instituir novas regras para clube de tiro, para comercialização, restringir a quantidade e vamos apresentar uma proposta para esse arsenal existente que vai ser dialogada com outras áreas de governo”, explicou.

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

## SEM TERRAS

# Ministros garantem: governo não apoia invasão

» VICTOR CORREIA

Em audiência pública, ontem, no Senado, os ministros da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, criticaram as ocupações de terras promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) nas últimas semanas. Na sessão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CAR) da Casa, ambos, porém, defenderam a relação do governo com o movimento, embora ressaltassem que as ocupações não ajudam na abertura de diálogo para que a reforma agrária seja acelerada.

O senador Jorge Seif (PL-SC) foi o primeiro a cobrar críticas mais duras dos ministros ao MST pelas invasões. “Acho que ele (Seif) não acompanhou a imprensa”, ironizou Fávaro na sequência, que justificou a presença de um dos líderes e fundadores do MST, João Pedro Stedile, na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que viajou à China.

“Engraçado como são as coisas, o preconceito neste país. Ninguém fala dos mais de 100 empresários que acompanharam a comitiva. Por que não pode ir, também, um movimento social, um sindicalista?”, questionou Fávaro.

Entretanto, o ministro da Agricultura salientou que não entende por que o MST continua com as invasões se o governo o inclui, por exemplo, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (o Conselho), lançado ontem.

“Não tem posicionamento dúbio: invasão de terra não é legítimo. Não é concebível apoiar invasão de terra. Da minha parte, nunca o farei”, assegurou. Fávaro tem feito as críticas mais contundentes às ocupações e chegou a compará-las, na semana passada, com os ataques terroristas de 8 de janeiro.

## Diálogo

Paulo Teixeira também crítico das invasões pelo MST, deixou claro que as ocupações de terras não terão apoio do Poder Executivo, nem farão com que as negociações pela reforma agrária sejam mais fáceis. “Isso é uma exigência do governo. Com áreas ocupadas, nós não negociamos. Não há nesse governo qualquer leniência com esse tipo de problema”, afirmou, embora acrescentando que “faz seis anos que nenhum centímetro de terra é entregue para o povo brasileiro” — disse, referindo-se aos governos Bolsonaro e Temer.

O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) disse que as críticas da oposição “não se tratam de demonizar movimento social”, mas aproveitou para atacar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao lembrar que não criticou as invasões de terra. Para o parlamentar, a presença de Stedile na comitiva à China deu “aquela liderança uma posição de prestígio”.

Os ministros também adiantaram as mudanças programadas para o Plano Safra deste ano, que deve ser lançado em mais algumas semanas, mas não deram muitos detalhes. Segundo Teixeira, haverá dois fatores de estímulo ao crédito para produtores. “Diminuição de juros para produção de alimentos e, em segundo lugar, práticas de agricultura restaurativa. Entendemos que as agriculturas empresariais e familiares são complementares entre si. Não há embate”, afirmou.